

Projecto de LNG-Moçambique

TERCEIRA RONDA DE CONSULTAS PÚBLICAS EM PALMA:

Não há transparência, comunidades mal informadas e Governo apático

Por: Fátima Mimbire e Borges Nhamirre

Introdução

Na semana de 18 a 22 de Agosto decorreu a terceira ronda de consultas públicas às comunidades afectadas pelo projecto de produção de gás natural liquefeito (LNG, sigla inglesa) das multinacionais americana Anadarko e italiana Eni, na península de Afungi, Bacia do Rovuma, distrito de Palma, em Cabo Delgado. A forma como as consultas públicas às comunidades estão a decorrer evidencia graves irregularidades que, se não forem sanadas atempadamente, poderão gerar conflitos futuros e prejudicar tanto as comunidades de Palma, assim como este que é um importante projecto para o desenvolvimento da indústria nacional de gás natural.

Esta terceira ronda tinha em vista apresentar os resultados dos levantamentos realizados sobre as famílias afectadas, bem como discutir os termos em que as comunidades serão compensadas. Estas informações vão dar corpo ao plano de reassentamento e compensação, que se enquadra no Estudo de Impacto Ambiental e Social do projecto que deverá ser submetido ao Governo para aprovação, até 20 de Outubro do corrente ano².

O CIP acompanhou as consultas e constatou situações de comunidades mal informadas; compensações calculadas sem transparência; Governo inactivo no seu papel de protecção dos interesses das comunidades locais e manipulação das comunidades para desuní-las.

As consultas públicas foram realizadas em quatro comunidades:

- Quitupo – a mais afectada, visto que, para além de ser fisicamente deslocada, sofrerá um deslocamento económico, tal como acontecerá com as comunidades de Milamba, Simo e Ngodji que são mais pequenas.
- Senga – perderá parte das suas terras para permitir que as comunidades de Quitupo sejam reassentadas, concretamente na zona de Quitunda, área reservada para a prática da agricultura e onde vivem apenas oito famílias.
- Maganja – perderá as suas terras e o acesso ao mar.
- Palma Sede – perderá acesso ao mar, o que afectará a actividade piscatória que é a principal fonte de renda.

² A perspectiva da empresa é a de submeter a proposta ao Governo na 10ª semana a contar da semana da realização da 3ª ronda de consultas públicas.

Compensação Negociada ou Imposta?

A consulta tinha como objectivo apresentar os resultados dos levantamentos e outras actividades realizadas pelo projecto até à data, discutir os impactos do reassentamento e o quadro de direitos proposto (compensações) e o plano de implementação do reassentamento, orçamento e calendário da sua implementação.

Nesse âmbito, foi explicado às comunidades que, do senso realizado, tinham sido identificadas 456 famílias que teriam que ser deslocadas para Quitunda, onde seria construída uma aldeia de reassentamento, e que 751 famílias perderiam as suas terras e benfeitorias. Todas elas são elegíveis a receber compensação e/ou assistência para o reassentamento, devendo assinar um acordo de compensação, no qual listar-se-ão os bens afectados do agregado familiar, conforme identificado pelo inventário patrimonial, sobre o qual cada família deve concordar (vide detalhes na caixa de texto 1).

O projecto apresentou tabelas com valores de compensações a serem atribuídos às comunidades pela perda de terra, áreas cultivadas, árvores de fruta (vide figuras 1 e 2). As compensações variam de acordo com o tipo de culturas existentes nas machambas ou com o tipo de árvore. Segundo os proponentes do projecto, os valores de compensação são resultado de consultas aos comités de reassentamento, ao Governo e comparação com outros projectos.

Entretanto, os membros das comunidades presentes nas consultas demonstraram total desconhecimento das propostas apresentadas pelo projecto e queixam-se de não terem sido consultados. Inclusive, pediram uma explicação sobre por que a sua proposta não chegou a ser considerada.

“Já houve acordo sobre os valores da compensação? Houve consulta para nós dizermos se estamos de acordo? Se combinaram com os membros do comité não nos informaram, porque sabemos que havia uma negociação em curso e nós apresentamos a nossa proposta. Cada um tinha a sua proposta: o Governo, a empresa e as comunidades. E hoje estão a dizer-nos que nos vão pagar”, disse um membro da comunidade de Maganja.

O chefe da localidade de Senga (primeira comunidade a acolher a reunião de consulta) chegou a solicitar, durante a consulta pública na sua comunidade, detalhes sobre os valores da compensação relacionados com as árvores que as comunidades possuem nos terrenos e como os mesmos valores serão calculados. Isto revela, claramente, que a comunidade não tinha conhecimento das tabelas elaboradas. Os consultores do projecto tiveram de tirar, das suas malas, cartazes com os valores das compensações para mostrá-las à comunidade, à imprensa e outras partes interessadas presentes no local.

Sérgio Barros, o consultor responsável pela apresentação das tabelas, disse, na ocasião, estranhar

Figura 1

VALORES DE COMPENSAÇÃO DAS CULTURAS			
Cultura	Unidade	Meticals	
		Taxa / m ²	Valor/ hectare afectado
Mandioca	Coqueiro m ²	18	180.000
Arroz	Cajueiro m ²	18	180.000
Feijão Njugo	Mangueira m ²	18	180.000
Milho	Goiabeira m ²	18	180.000
Mapira	Citrinos m ²	18	180.000
Feijão Nhamba	Papaieira m ²	18	180.000
Gergelim	Coração de boi m ²	18	180.000
Amendoim	Ateira m ²	18	180.000
Batata-doce	Bananeira m ²	50	500.000
Melancia	Ananaseira m ²	87,5	875.000
Vegetais (Tomate)		64	640.000
Inhame		18	180.000
Cana-de-açúcar		18	180.000

Figura 2

VALORES DA COMPENSAÇÃO DE ÁRVORES DE FRUTA			
Cultura	Descrição	Unidade	Meticals
			Valor Proposto
Culturas arbóreas **	Coqueiro	árvore	6.050
	Cajueiro	árvore	5.700
	Mangueira	árvore	4.200
	Goiabeira	árvore	2.640
	Citrinos	árvore	4.900
	Papaieira	planta	2.640
Outras perenes	Coração de boi	árvore	1.141
	Ateira	árvore	1.141
	Bananeira**	m ²	182
	Ananaseira**	m ²	75

Nota: ++ Não inclui os custos de substituição. **Não contempla mudas para substituição

que as comunidades não tivessem conhecimento dos valores das compensações. Apesar deste pronunciamento, este desconhecimento revelou-se nas consultas subsequentes noutras comunidades.

Assim, os responsáveis do projecto passaram a expôr, em lugar visível nos locais de reunião, cartazes com os valores propostos para as compensações e era visível o interesse dos presentes em registar os valores ali constantes, sinal de que não possuíam essa informação.

“Houve trabalho com o grupo da empresa para ver como calcular as compensações. Depois o comité também se reuniu e produziu uma contra-proposta e submeteu. Mas não houve negociação para se chegar a uma tabela definitiva. Não importa o valor final, mas quando há negociação as partes reconhecem o que foi acordado”, referiu um membro de Quitupo, durante a reunião de consulta pública, deixando claro que as comunidades estão à margem do processo de determinação dos valores de compensação.

Em resposta a estas questões, o consultor responsável pelo processo, Sérgio Barros, explicou que, no dia 6 de Agosto último, se realizara uma reunião da qual tinham participado os membros dos comités de reassentamento de todas as comunidades, durante a qual foi apresentado o pacote de compensações proposto pelo projecto. *“Estes aceitaram que o pacote era do seu agrado e deixaram recomendações que o projecto vai considerar”,* disse, sem, no entanto, apresentar uma acta de tal reunião que iria sustentar o seu argumento.

Sobre o cálculo dos valores das compensações, o representante do projecto explicou que foram considerados os custos de produção, o preço dos produtos no mercado e a quantidade do esforço feito. Conforme atesta a figura 2, o valor da compensação para uma árvore de coqueiro, por exemplo, é de 6.050,00 MT. Falando na reunião de consulta pública, o representante do comité de gestão de Quitupo considerou o valor da compensação pelos coqueiros bastante inferior ao valor e importância que o coqueiro tem para aquela comunidade. Recordou que para plantar e cuidar até começar a dar frutos, o coqueiro precisa de pelo menos 5 anos.

Caixa de texto 1: Entrega de inventário sem explicação

Nas comunidades de Senga, Quitupo e Maganja ficou claro que as pessoas que fizeram os levantamentos dos bens das comunidades entregaram os cartões contendo os detalhes dos bens que as pessoas possuem sem explicar o conteúdo dos mesmos.

Durante as consultas, inúmeras vezes os participantes solicitaram ao projecto que os informasse sobre a extensão da terra que possuem, visto que na informação de que dispõem este dado ou não está claro, ou não o compreendem.

É importante saber de quanta terra ou áreas cultivadas a família dispõe para poder calcular o valor da compensação por receber. Isto por um lado.

Por outro lado, houve queixas de que os técnicos encarregados de fazer os levantamentos não o faziam com exactidão, o que pode afectar a compensação justa da família.

Os intervenientes contaram que os referidos técnicos se recusavam a registar as árvores que ainda não tinham frutos, algumas das quais porque não era a época; outras porque os frutos ainda estavam a desenvolver-se.

Estas preocupações levantam sérias questões sobre a exactidão da informação relativa às extensões de terra medidas pelos técnicos do projecto.

Os consultores do projecto garantiram às comunidades que haveria correcção das irregularidades e apelaram às pessoas que tinham igualmente estas situações para que se aproximassem ao projecto. Ainda foi dito que haveria mais uma ronda de levantamentos, que seria a definitiva, e na base da qual seriam pagas as compensações, pelo que todas as irregularidades poderiam ser corrigidas.

Apesar destas garantias da empresa, é necessário que se faça a validação independente dos dados do levantamento para garantir que as comunidades recebam compensações justas. Portanto, o Governo é chamado a ter um papel activo neste processo em defesa das comunidades.

“Haverá Emprego para Todos” – Se Repetem Erros do Passado!

Enquanto alguns moradores das comunidades afectadas questionavam como se chegou ao valor da compensação, outros afirmaram que esperavam que aquelas consultas tivessem sido convocadas com o objectivo de iniciar os pagamentos das compensações, visto que já há bastante tempo foi realizado o inventário e as pessoas receberam os cartões sobre os bens que possuem e que serão afectados pelo projecto. “Os cartões que nos deram estão a ser roídos por ratos. Hoje esperávamos que esta reunião fosse para nos pagarem o dinheiro prometido”, disse um morador de Senga, falando na língua local e bastante ovacionado pelos presentes.

Isto pode estar relacionado com a difícil espera pela concretização das promessas, por um lado, mas, por outro, revela claras falhas na comunicação entre as partes. Os problemas de comunicação revelam-se, igualmente, no tipo de informação e como ela é transmitida. Em algum momento o discurso dos representantes do projecto pareceu mais um discurso de aliciamento das comunidades, contendo promessas difíceis de cumprir.

“... Quando o projecto iniciar, haverá emprego para todos. Haverá água, hospitais e escolas para vossos filhos”, disse Sérgio Barros, em Senga, respondendo às inquietações das comunidades quanto aos benefícios que o Projecto irá trazer.

Este tipo de promessas, de emprego para todos, é irrealístico. E o passado recente – de Cateme, Capanga, Mualadzi, Cassoca, Chipanga, em Tete; Moma, em Nampula – revela que as promessas feitas e não cumpridas geram frustração e conflitos. Repetir este tipo de promessas em Palma, é claramente perpetuar uma forma errada de lidar com as comunidades, cujas consequências serão visíveis em pouco tempo.

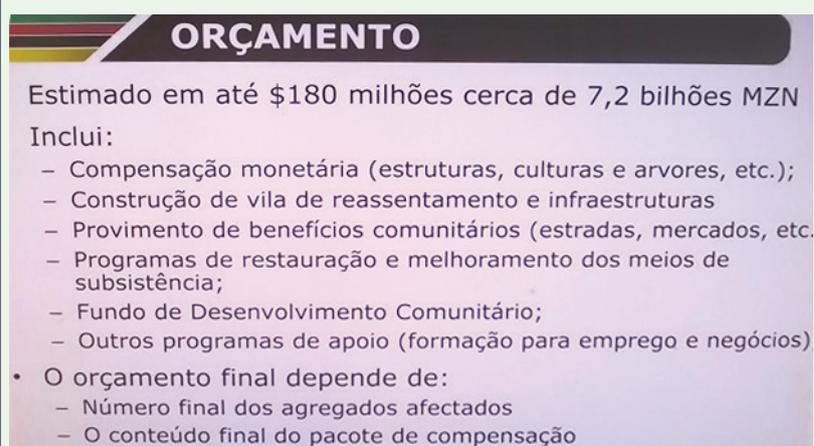
Mais do que explicar todo o processo até ao pagamento das compensações, sobre a determinação dos valores das compensações, a futura localização das machambas e a extensão de terra a ser atribuída

para a produção agrícola, a empresa optou por falar de benefícios que não foram conjuntamente decididos e cuja concretização não está para breve.

Foi várias vezes mencionado que o projecto iria criar um fundo de desenvolvimento avaliado em 180 milhões de dólares americanos³, que será gerido pela comunidade. Entretanto, no mesmo momento refere-se que o orçamento do programa de reassentamento está estimado em 180 milhões de dólares americanos (*vide figura 3*) para financiar as compensações monetárias pelas perdas diversas, construção da vila de reassentamento e infra-estruturas, programas de restauração e melhoramento dos meios de subsistência, provimento de benefícios comunitários (estradas, mercados, etc), fundo de desenvolvimento comunitário e outros programas de apoio (formação, emprego, negócios, etc).

Sobre as promessas de “emprego para todos”, e não explicam que tipo de empregos o projecto poderá proporcionar, importa referir que durante a fase da construção da fábrica, da aldeia de reassentamento, das vias de acesso, que deverão durar no máximo 36 meses, haverá necessidade de muita mão-de-obra barata, mas não necessariamente suficiente para empregar todos os das comunidades de Senga, Quitupo, Maganja e Palma-Sede. Na fase das operações a força de trabalho necessária é altamente

Figura 3



3 O Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e o Presidente da Anadarko assinaram no dia 29 de Julho de 2015, um memorando de entendimento no qual a empresa se compromete a investir 180 milhões de meticais no desenvolvimento comunitário em Palma.

qualificada, pelo que actualmente os membros das comunidades não são elegíveis.

Portanto, o tipo de trabalho que o projecto poderá proporcionar, concretamente ligado à construção de infra-estruturas, é eventual e não condiz com o conceito de emprego que as pessoas têm, que é de longa duração, e a falta de explicação adequada pode ser motivo de descontentamento no futuro.

Na comunidade de Quitupo, em resposta a questões colocadas, o representante do projecto referiu que tudo estava a ser feito no sentido de cada família ter no máximo um hectare e meio de terra para agricultura, quando algumas famílias tinham muito mais do que isso.

Os documentos distribuídos às comunidades apresentam mensagem dúbia que pode, no futuro, ser motivo de discórdia entre as partes e, sobretudo, ser utilizada para prejudicar os direitos das comunidades. Por exemplo, a tabela sobre os valores de compensação pelas árvores de fruta (*vide detalhes na figura 2 acima*) refere que “os valores não incluem os custos de substituição” e “não contempla mudas para substituição”. Oralmente, o projecto diz que vai disponibilizar mudas para todo o tipo de árvores de fruta, mas não é isto que está escrito no documento apresentado às comunidades.

Ademais, a entrega de mudas está escrita em letras pequenas, no canto do cartaz e cuja leitura é difícil. Mais parece uma cláusula do contrato geral de adesão que se pretende esconder à outra parte. Isto pode não ser intencional, mas levanta questões quanto à clareza da mensagem do projecto às comunidades e deve ser imediatamente corrigido.

Comunidade Hospedeira Vs Comunidade Reassentada

As consultas revelaram um potencial muito grande de conflito entre a comunidade de Senga, a hospedeira, e a de Quitupo, a reassentada, uma situação comum quando não há informação clara sobre o tipo de benefícios que cada uma das comunidades colherá do processo.

A primeira razão do conflito reside no facto de as duas comunidades disputarem a posse da zona de Quitunda, sobretudo porque não houve delimita-

ção das terras comunitárias naquela zona. Quitunda é a zona onde o projecto pretende construir a aldeia de reassentamento para acomodar as famílias retiradas de Quitupo. Porém, esta zona está mais próxima de Senga e é onde a comunidade de Senga tem as suas machambas.

Segundo a informação que o projecto revela, Quitunda pertence à localidade de Senga e nesta zona apenas vivem oito famílias, sendo que a remanescente área é utilizada para agricultura.

Antes de acomodar os transferidos de Quitupo, os moradores de Senga exigem benefícios. Exigem, por exemplo, que os valores de compensação sejam atribuídos, em primeiro, aos moradores de Senga, antes dos de Quitupo e outras comunidades. Igualmente, pediram que as obras de construção de infra-estruturas iniciassem na sua zona, antes de onde a comunidade de Quitupo será reassentada.

A comunidade de Senga deseja e acredita que deverá beneficiar-se na mesma medida que Quitupo, incluindo a renovação das suas habitações, vias de acesso, mercados, unidades sanitárias, entre outras infra-estruturas sociais.

Um membro da comunidade de Senga chegou a dizer que “*estamos dispostos a receber os reassentados, mas nós os donos da casa não podemos receber os convidados que cheiram perfume, quando nós cheiramos mal*”.

Em Maganja, houve pessoas que também pediram casas melhoradas e consideram que devem negociar a sua terra, porque em Palma muitas famílias venderam os seus terrenos por dois (2) milhões de meticais e as empresas pagaram esse valor.

A comunidade de Maganja sofrerá impacto económico com o projecto. Parte das suas terras de cultivo será expropriada por se encontrar dentro do perímetro de concessão. Por essa razão não se abre espaço para que beneficie de casas novas, uma vez que permanece nas suas casas.

Comunidade Dividida e Comité de Reassentamento Sem Legitimidade

A comunidade de Quitupo, a mais afectada por este projecto, está dividida, o que pode prejudicar os seus benefícios como conjunto e individualmente.

Durante as consultas houve acusações mútuas entre os membros da comunidade e divergências em relação às preocupações, contrariamente ao que se verificou noutras comunidades consultadas.

Enquanto uns dizem que aceitam as propostas do projecto e não precisam de negociar nada, outros dizem que precisam de discutir muito bem os seus direitos, porque há uma herança familiar que não se pode perder.

Localmente, existe o entendimento de que os que aceitam as propostas do projecto sem questionar, não são nativos e, portanto, não têm ligação com a terra e não possuem benfeitorias, para além das suas simples cabanas, ou seja, não têm muito a perder, e a compensação é até um “jackpot” para eles.

Enquanto isso, os nativos, que herdaram as terras onde vivem e produzem e que esperavam que os seus filhos e outras gerações herdassem também a terra, são um pouco mais resistentes. Estes últimos possuem extensões de terra cujas dimensões desconhecem e árvores de que cuidam há vários anos e consideram não ser justo perdê-las em troca de valores que depois vão acabar.

As divergências entre a comunidade estendem-se até ao local onde as machambas serão transferidas. Uns dizem que deve ser em Ngodji e outros dizem que tem que ser noutra local. Neste momento, o Governo do distrito está a fazer o trabalho de identificação do local para onde as machambas das comunidades serão transferidas.

O comité de reassentamento, que por norma devia ser uma entidade constituída por membros eleitos democraticamente pela comunidade, está a perder legitimidade. Existe um grupo de pessoas na comunidade, maioritariamente corporizado por jovens, que acusam os membros deste comité de tomar decisões sem consultar a comunidade, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento da comunidade. Considera-se que este comité está a ser instrumentalizado pelas organizações da sociedade civil, uma vez que conta com assessoria jurídica do Centro Terra Viva (CTV).

É que os membros do comité tem estado a questionar ao projecto e ao Governo sobre a forma como foi atribuído ao projecto de LNG o Direito de Uso

e Aproveitamento da Terra (DUAT) para os 7 mil hectares nos quais habitam as comunidades de Quitupo, Milamba, Simo e Ngodji, sem que as mesmas tenham sido informados. Outrossim, questionam a necessidade de tamanha extensão de terra, solicitando que o projecto apresente as reais dimensões da fábrica de LNG a ser construída.

Estes questionamentos têm sido vistos, pelo Governo local e pelos proponentes do projecto, como sendo marginais e que estão a retardar o processo das consultas públicas e, conseqüentemente, do reassentamento.

Por seu turno, os membros do comité acreditam que o Governo local está, igualmente, a instrumentalizar alguns membros da comunidade para desacreditá-los.

Durante a consulta em Quitupo, um cidadão de nome Omar Assane Sangage, que fora expulso do comité, em Fevereiro último, por alegada má conduta, lendo notas num caderno, iniciou a sua intervenção dizendo que a comunidade não estava preocupada com o DUAT e acusou, por um lado, o comité de tratar de assuntos fora do interesse da comunidade e, por outro, o CTV de usar o comité para impedir a implementação do projecto e o seu desenvolvimento.

As acusações, que foram repetidas por um cidadão da comunidade de Maganja, que depois foi impedido de falar pelos membros da comunidade, resvalaram em tumultos que impediram o administrador de concluir o seu discurso e acabou encerrando a consulta. Os membros da comunidade, aos gritos, diziam ao administrador para não voltar para ali, que não iriam deixar que as suas terras lhes fossem retiradas e que o projecto não seria implementado.

Desrespeito à Legislação e Urbanização Forçada!

A comunidade de Quitupo é rural e, por consequência, o seu reassentamento é rural, conforme refere o regulamento sobre o processo de reassentamento por causas económicas (Decreto 31/2012, de 8 de Agosto) que estabelece as regras para tal.

O projecto da aldeia de reassentamento apresenta

detalhes sobre as habitações e as outras infra-estruturas a serem construídas no local. As casas serão construídas num terreno de 800 metros quadrados, contrariamente aos 5 (cinco) mil metros quadrados exigidos pelo regulamento, tratando-se de uma zona rural⁴.

O argumento do projecto é o de que se pretendem colocar outras infra-estruturas sociais na aldeia e, se fossem respeitadas as dimensões impostas pelo regulamento, as mesmas estariam localizadas a uma grande distância de onde as comunidades vivem.

Por sua vez, o presidente da Comissão Nacional de Reassentamentos⁵ e Director Nacional de Ordenamento Territorial e Reassentamentos no Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), Arlindo Dgedge, referiu que a discussão dos 5 mil metros quadrados impostos pelo regulamento é académica e que o objectivo deste projecto de reassentamento é urbanizar a região.

“Este processo vai orientar o processo de urbanização e estabelecimento de uma zona urbana. Estamos a planificar uma futura cidade, um futuro centro urbano e não ruralizar. Este é o exercício que se pretende fazer”, explicou, acrescentando que “haverá população que vai praticar agricultura e pesca em zonas específicas”.

O plano de urbanizar na verdade só abrangerá a zona de Quitundo, porque à sua volta continuará o espectro rural. A urbanização é boa e bem-vinda, mas não pode ser compulsiva. Ora, trata-se de uma comunidade rural que habita em longas áreas de terra onde planta as suas árvores e constrói outras habitações à volta do mesmo espaço para os seus filhos que se vão tornando adultos e independentes. Retirar, hoje, centenas de famílias rurais para submetê-las, amanhã, a ambiente urbano, é problemático.

É importante considerar que, por exemplo, três palhotas de uma família podem pertencer aos pais, filhos e filhas, devidamente separados. Nos novos espaços de reassentamento é preciso garantir a reprodução desta estrutura habitacional. Não se

pode fazer uma casa com três divisões para substituir as três palhotas. No contexto da vida rural, filhos adultos não partilham a mesma casa (edifício) com os pais.

Na verdade, e que não foi dito, este programa de urbanização está alinhado ao plano de construção de uma cidadela industrial, numa área de 18 mil hectares a partir de onde termina a área concessionada ao projecto de LNG.

O projecto da cidadela é propriedade da subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), a ENHLogistic, que pretende construir um parque imobiliário e de hotéis de luxo, entre outras facilidades, alegadamente para servir a fábrica de LNG e turismo.

Impacto Negativo, a Médio e Longo Prazo

Pela forma como a comunicação com as comunidades vem sendo feita, virada a compensações milionárias, estas comunidades estão ansiosas em receber o dinheiro e marginalizam as questões fundamentais da sua subsistência.

As comunidades manifestaram preocupação em relação à agricultura e às áreas onde vão produzir, mas poucas falaram do acesso ao mar que será limitado.

O projecto prevê programas de fomento para assegurar a diversificação de actividades económicas e benefícios sustentáveis para os que vivem da pesca, para além da construção de vias para acesso alternativo ao mar, cuja concepção está em curso (*vide detalhes, figura 4*).

A realidade é que a comunidade detém um conhecimento milenar das melhores e mais seguras zonas de entrada/acesso ao mar e onde possam fazer a pesca. Ainda, muitas mulheres vivem da recolha de frutos do mar, à beira do mar e não terão este acesso.

Num contexto de urbanização forçada, em que tudo o que se consome custa dinheiro, os valores que serão atribuídos vão acabar e as fontes de subsistência, se não muito bem acauteladas, estarão perdidas e a comunidade estará voltada à pobreza.

4 Artigo 18 do regulamento sobre reassentamentos por causas económicas.

5 Entidade criada no âmbito do regulamento sobre reassentamentos, artigo 6, e cujas funções estão descritas no artigo 7.

Figura 4



Não há clareza sobre por quanto tempo as comunidades terão assistência para garantir a sua subsistência. Contudo, haverá um fundo de desenvolvimento comunitário. Porém, se não for bem gerido, com regras claras, será um instrumento de clientelismo e de beneficiação de alguns e não de todos, tal como ocorreu com os famosos “Sete Milhões”.

Nas consultas havidas, nenhum membro da comunidade apresentou preocupação relativa ao acesso ao mar, mas especialistas de pesca contratados pelos proponentes do projecto afirmam que em Palma mais de três mil pessoas vivem de pesca e recolção de frutos do mar. Portanto, a preocupação com o acesso ao mar devia ser prioridade das comunidades e do Governo local.

Este silêncio esconde, talvez, o desconhecimento que as comunidades têm relativo ao acesso ao mar, assim que o projecto iniciar.

Neste momento ninguém está preocupado com o bem comum em Palma. Todos lutam pelos seus bens pessoais. Mas o mar é fonte de subsistência directa e indirecta para quase toda a população afectada.

Num futuro próximo, quando a comunidade despertar para esta realidade, poderá ser tarde demais.

Papel do Estado: Governo Local Sem Capacidade ou Comprometido?

A função clássica do Estado é a de garantir a segurança, justiça e bem-estar dos cidadãos. Em Palma, os representantes do Estado não estão

a desempenhar este papel para com a comunidade afectada pelo projecto de LNG.

Durante as consultas notou-se que o Estado, representado por membros do Governo e de instituições públicas, assumiu um papel passivo, de espectador, mancomunado, até, com a empresa e que busca a anuência das comunidades para o projecto avançar e não para garantir que elas tomem decisões conscientes e com os seus direitos salvaguardados.

Em nenhum momento o Governo se pronunciou no sentido de orientar a empresa a melhorar a sua abordagem ou a clarificar as questões. As comunidades levantaram questões pertinentes sobre: “Onde serão as nossas machambas”, “A empresa não inventariou todos os meus bens”, “Não sabemos como se chegou a estes valores, apresentamos propostas e até hoje não sabemos por que não foram consideradas”, etc.

Das poucas intervenções públicas do Governo, através do administrador de Palma, a mensagem era no sentido de advertir que as discussões deviam cingir-se apenas aos pontos da agenda e não incluir outras questões. Ele apelava para que as comunidades fossem respeitadas e moderassem a linguagem.

Aliás, o administrador, a figura mais alta que representa o Estado no distrito, não desempenha papel de unificador da comunidade. Ele não é respeitado pelas comunidades que não veem nele alguém que as represente e proteja. Nas suas intervenções dirigidas às comunidades mostrou ser alguém distante das comunidades.

O único momento em que se viu um membro do Governo de Palma a intervir em defesa das comunidades foi quando a situação já estava fora de controlo em Quitupo e o comandante distrital da Polícia levantou-se para tentar separar os cidadãos que quase se agrediam.

Relativamente às preocupações da comunidade ninguém se dignou a falar, nem a pedir esclarecimentos ao projecto, pelo menos publicamente, porque depois das consultas os representantes do Estado e do projecto se reuniam nos escritórios da Anadarko em

Palma. Portanto, é o Estado a ir aos escritórios da empresa e não o contrário.

Por sua vez, o Director Nacional de Ordenamento Territorial e Reassentamento, nas suas intervenções, explicava que o projecto era importante e estratégico para o país, no geral, e para Palma, em particular, e que se pretendia que o processo de reassentamento e compensação das comunidades fosse um modelo para o país e, quiçá, para o mundo.

Nas suas intervenções em Senga e Maganja, o Director Nacional mencionou que o Governo reconhece que podem ter sido cometidos erros/irregularidades ao longo do processo de licenciamento do projecto e sublinhou que “é da natureza do género humano cometer falhas onde se trabalha. Estando conscientes disso, estamos a fazer uma avaliação profunda de todo o processo para detectar as falhas e corrigi-las, para que as demais fases deste processo ocorram sem problemas e da melhor forma”. Ainda sublinhou que eles, como representantes do Estado, estavam lá para aprender.

FICHA TÉCNICA

Director: Adriano Nuvunga

Equipa Técnica do CIP: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Lázaro Mabunda, Stélio Bila;

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Layout & Montagem: Nelton Gemo

Endereço: Bairro da Coop, Rua B, Número 79, Maputo - Moçambique

Contactos: Fax: 00 258 21 41 66 25, Tel: 00 258 21 41 66 16, Cel: (+258) 82 301 6391,

E-mail: cip@cip.org.mz

Website: <http://www.cip.org.mz>

Parceiros



Parceiro de assuntos de género:

